



RELATÓRIO ANALÍTICO DE PROJETO FINANCIADO PELA SDT/MDA/CNPq

Estudos do Desenvolvimento Sustentável do Território da Cidadania Serra Geral e Incentivo ao Fortalecimento do Capital Social

Território da Cidadania Serra Geral – MG

Entidade Executora:

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
CNPJ: 22.675.359/0001-00
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET
Departamento de Ciências Agrárias – DCA / Campus Janaúba
Avenida Reinaldo Viana nº 2630, Pico da Pedra, Janaúba – Minas Gerais
CEP: 39440-000 Caixa Postal: 91

Estudos do Desenvolvimento Sustentável do Território da Serra Geral e Incentivo ao Fortalecimento do Capital Social

Equipe técnica

- Professora Coordenadora: Lize de Moraes Vieira da Cunha – UNIMONTES
Telefone: 38-3821 4830 Cel: 38-88364830 E-mail: lize.cunha@unimontes.br
- Professor Bolsista: Virgílio Jamir Gonçalves Mota - UNIMONTES
Telefone: 38-38212756 Cel: 38-91213462 E-mail: virgilio.mota@unimontes.br
- Professor Bolsista: Virgílio Jamir Gonçalves Mota Filho - UNIMONTES
Telefone: 38-3821 2756 Cel: 38-91228138 E-mail: virgiliojamir@yahoo.com.br
- Professora Colaboradora: Nayana Rosa Freire - UNIMONTES
Telefone: 38-3821 2756 Cel: 38- 9131 9593 E-mail: nay_rosa@yahoo.com.br
- Professor Colaborador: Daniel Coelho Oliveira - UNIMONTES
Celular: 38- 9159-0708 E-mail: daniel.coelhoo@yahoo.com.br
- Colaboradora Externa: Maria A. F. J. Pereira – Extensionista EMATER-MG
Telefone: 38-3821-1450 E-mail: aparecida.fagundes@emater.mg.gov.br
- Bolsista remunerada: Keila Fernandez Jorge
Telefone: 38-3821 2756 E-mail: fernandes.agro@gmail.com
- Bolsista remunerada: Luiza Moraes Alkimim
Telefone: 38-3821 2756 E-mail: lualkimim@gmail.com
- Bolsista voluntária: Leila Moraes Alkmim
Telefone: 38-3821 2756 E-mail: alkmim@zootecnista.com.br
- Bolsista voluntário: Odail Farlei Lopes Martins
Telefone: 38-3821 2756 E-mail: odfarlei@yahoo.com.br

SUMÁRIO

RESUMO	4
1 – INTRODUÇÃO	5

RESUMO

A integração participativa do cidadão na vida política e social é um fator importante para a sustentação das políticas públicas, assegurando a efetividade e a continuidade das decisões. Por outro lado, a participação é um bem de grande valor para a qualidade de vida, representando objetivo adicional a ser perseguido pelo desenvolvimento sustentável, pelo que representa em realização humana e socialização. O trabalho de pesquisa e extensão executado pela UNIMONTES por meio de uma seleção de projetos em edital do CNPq financiado pela SDT/MDA não só caracteriza o Território da Cidadania Serra Geral/Minas Gerais dentre diferentes aspectos territoriais como identidade, capacidades institucionais, gestão do colegiado, avaliação de projetos e índice de condição de vida, como também estabelece incentivo a participação e reconhecimento das ações destes atores locais.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento territorial está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças (BUARQUE & BEZERRA, 1994), exigindo competitividade e especialização.

O desenvolvimento está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Segundo Haveri (1996) “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

O desenvolvimento sustentável parte de uma nova perspectiva de desenvolvimento (SOUZA, 1994), e se estrutura sobre duas solidariedades: solidariedade sincrônica, com a geração à qual pertencemos, e solidariedade diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 1990): o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; e o bem-estar de uma parcela da geração atual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade. A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdade não pode se sacrificar em função de um futuro

improvável e imponderável para seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter o presente.

O desenvolvimento local sustentável é o “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (BUARQUE, 1994).

A médio e longo prazo, uma reorientação do estilo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural pode ser esperado.

2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste relatório analítico é estabelecer um entendimento frente à realidade Territorial, bem como compreender aspectos relevantes que influenciam positivamente ou negativamente nos aspectos pesquisados e vivenciados no Território da Cidadania Serra Geral.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) atende atualmente a 164 Territórios em todo o Brasil. Os territórios são compostos por conjuntos de municípios, nos quais habitam grupos sociais relativamente distintos que se relacionam por meio de processos específicos onde é possível distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, evidenciando-se a realidade local, facilitando o planejamento de ações governamentais (SGE, 2010).

O Território da Cidadania Serra Geral, constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e aprovado em Setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, é um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, implantação, gestão e controle social das políticas públicas de

desenvolvimento rural sustentável que tem funcionamento permanente. O foco das ações e projetos Territoriais deve atender e fortalecer a Agricultura Familiar bem como as suas organizações e manifestações. Objetiva-se a participação da população nas tomadas de decisões, para oportunizar a geração de emprego e renda para os agricultores familiares, através da diversificação das atividades produtivas, promovendo e articulando a gestão das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento sustentável, na área de atuação do Território.



FIGURA 01: Limites geográficos do Território da Serra Geral
Fonte: Território da Cidadania, 2007

Os municípios que compõem o Território da Cidadania Serra Geral são: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia conforme figura 01. Segundo informações disponibilizadas pelo SGE (2011), este território abrange uma área de 20.581,20 Km², sua população total é de 282.282 habitantes, dos quais 109.225 vivem na área rural, o que corresponde a 38,69% do total. Possui 19.357

agricultores familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas, sendo seu IDH médio de 0,65.

De forma a caracterizar este território em diferentes segmentações utilizou-se metodologia de pesquisa de coleta de dados a campo, estabelecendo aleatoriedade de entrevistados em um espaço amostral determinado. As entrevistas foram realizadas em domicílios rurais nos dias, locais e horários previamente acertados junto ao município.

Cada indicador baseou a elaboração de um ou mais quesitos em um questionário, que serão utilizados para o cálculo da Identidade Territorial, Capacidades Institucionais e Índice de Condição de Vida do Território. Esses indicadores foram avaliações registradas em escalas de cinco pontos, desde 1 (referente a péssimo) até 5 (referente a ótimo).

4. IDENTIDADE TERRITORIAL

De acordo com o manual disponibilizado pela SDT no SGE a respeito da Identidade Territorial, a identidade de uma população, ou grupo cultural, são as características e os traços distintos que possibilitam que os indivíduos que fazem parte de uma população específica, reconheçam-se mutuamente, assim como se diferenciem de outras populações ou grupos. A expressão do grupo, a ação social e coletiva frente a outros grupos é a manifestação da identidade. É construída a partir de efeitos da história, geografia, biologia, organizações econômicas e políticas, religião. A identidade manifesta-se pelas influências presentes no espaço ocupado pela população, que processam e reorganizam seus significados em função de seus valores, tendências sociais e culturais.

Desta forma, considerando a identidade uma característica do território a ser identificada e descrita foram definidos como elementos aglutinadores que determinam a delimitação territorial: o ambiente, a agricultura familiar, a economia, a pobreza, a etnia, a colonização, divisão geográfica e a política.

As respostas relacionadas à importância dos aspectos citados acima frente a definição dos limites territorial; a definição de metas e objetivos territoriais, a participação das organizações na gestão do território; as características marcantes e os aspectos comuns e conflituosos dentro do território, observa-se que:

- a agricultura familiar apresenta um índice de 0,883, sendo considerado o elemento com o maior valor na identidade do Território Serra Geral, conforme mostra o Quadro 1 e Gráfico 1.
- os demais elementos apresentaram índices considerados médio alto, entre 0,60 e 0,80, caracterizando a importância dada a cada uma dessas características (Quadro 1 e Gráfico 1).

IDENTIDADE TERRITORIAL		
Território: 79 - Serra Geral - MG		
Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,730	Médio Alto
2. Agricultura familiar	0,883	Alto
3. Economia	0,778	Médio Alto
4. Pobreza	0,711	Médio Alto
5. Etnia	0,736	Médio Alto
6. Colonização	0,618	Médio Alto
7. Político	0,755	Médio Alto

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Quadro 1 - Quadro de Indicadores de Identidade Territorial no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

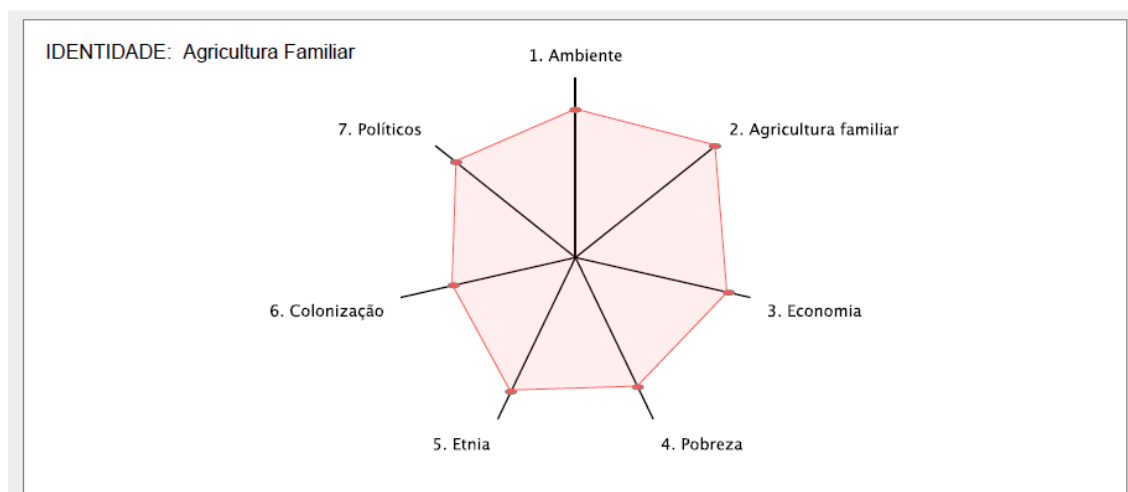


Gráfico 1 – Gráfico representativo da média dos elementos de Identidade Territorial no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

A análise da característica da identidade territorial como fator de coesão social a partir dos seus elementos aglutinadores que delimitam o território foram baseados em distintos aspectos: no ambiente, na agricultura familiar, na economia,

na pobreza, na etnia, na colonização, na divisão geográfica e na política. Todos estes elementos demonstram fator de coesão social no território e determinam a delimitação territorial.

5. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

As Capacidades Institucionais referem-se às condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos.

As áreas identificadas para o cálculo do Índice de Capacidades Institucionais, as quais permitem conhecer as capacidades das organizações nos territórios, bem como estabelecer diferenças entre eles, foram: Gestão dos Conselhos, Capacidade das Organizações, Serviços Institucionais Disponíveis, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infraestrutura Institucional, e, por fim, Iniciativas Comunitárias e Participação.

Cada indicador de Capacidades Institucionais variará entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, o valor 1(um) indica maior capacidade, e, 0 (zero), menor capacidade das instituições no território.

Observa-se que a Infraestrutura Institucional foi o único elemento que apresentou índice considerado médio alto (0,60 a 0,80) conforme apresentado no Quadro 2 e Gráfico 2, pois possui infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, com a presença de órgãos públicos de assessoria técnica como a EMATER, dotada de veículos e técnicos. Presença da Universidade que oferece espaço físico para a realização de reuniões e funcionamento da secretaria executiva do Território, assim como acontece nos Sindicatos e Secretarias de Agricultura que oferecem espaço físico para a realização das reuniões dos CMDR'S de todos os municípios. Entidades de Pesquisa como Epamig e Embrapa. As próprias comunidades por afinidade e interesse organizacional se mobilizam para estabelecer espaços de diálogo entre seus membros, constroem centros sociais e lá se reúnem periodicamente para decidir ações que tragam benefícios a comunidade.

Para a característica referente a serviços institucionais disponíveis, ou seja, existe a infraestrutura institucional muito boa, no entanto os serviços prestados não são satisfatórios e apresentam índice médio-baixo (0,20 a 0,40) (Quadro 2 e Gráfico

2). Considera-se aqui que existe deficiência na prestação de serviços de assistências técnicas, apoio tecnológico, informações sobre preços e outros fatores que não são suficientes para atender toda a população de agricultores familiares do território.

INDICADOR DE CAPACIDADE INSTITUCIONAL		
Território: 79 - Serra Geral - MG		
Indicadores de Capacidades Institucionais	0,470	Médio
1. Gestão dos Colegiados	0,585	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,490	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,376	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,487	Médio
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,414	Médio
6. Infraestrutura Institucional	0,609	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,430	Médio
8. Participação	0,463	Médio

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Quadro 2 - Quadro de Indicadores da Capacidade Institucional no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

As outras características avaliadas apresentaram índices médio (0,40 a 0,60) sendo elas:

Gestão dos Colegiados: índice 0,585 – Os 16 municípios possuem Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR’S) ativo. Em alguns municípios o CMDR’S, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Secretaria de Agricultura nem sempre são parceiros, o que impede o desenvolvimento territorial.

Capacidade das Organizações: índice 0,490 – As cooperativas, cadeias produtivas, grupos de mulheres, grupos de jovens, organizações comunitárias dentre outros necessitam de assistência técnica para produção, comercialização e gestão.

Instrumentos de Gestão Municipal: índice 0,487 – Os instrumentos para o desenvolvimento de gestão, tais como: ordenamento de uso do solo, uso de produtos perigosos, manejo de dejetos, normas sobre impactos ambientais, mapeamento de zonas de risco, planos de gestão, projetos e estratégias de coordenação com instituições federais e estaduais não estão disponíveis em todos esses quesitos para todos os municípios.

Mecanismos de Solução de Conflitos: 0,414 – Os mecanismos e instâncias utilizadas nos municípios dos territórios para solução dos conflitos, bem como os

movimentos e expressões sociais presentes nos territórios seguem a seguinte escala: membros da comunidade, autoridades locais, comitês comunitários, organizações fora do município e delegacia do MDA.

Iniciativas Comunitárias: 0,430 – A população territorial possui capacidade de estabelecer alianças para defender seus interesses, em especial, projetos e alianças para o desenvolvimento social, produtivo, cultural, ambiental, turístico, entre outros.

Participação: 0,463 – Há participação das organizações municipais no território tanto quanto há participação dos beneficiários de projetos locais, na sua demanda, elaboração e gestão. No entanto, esta não tem sido satisfatória.

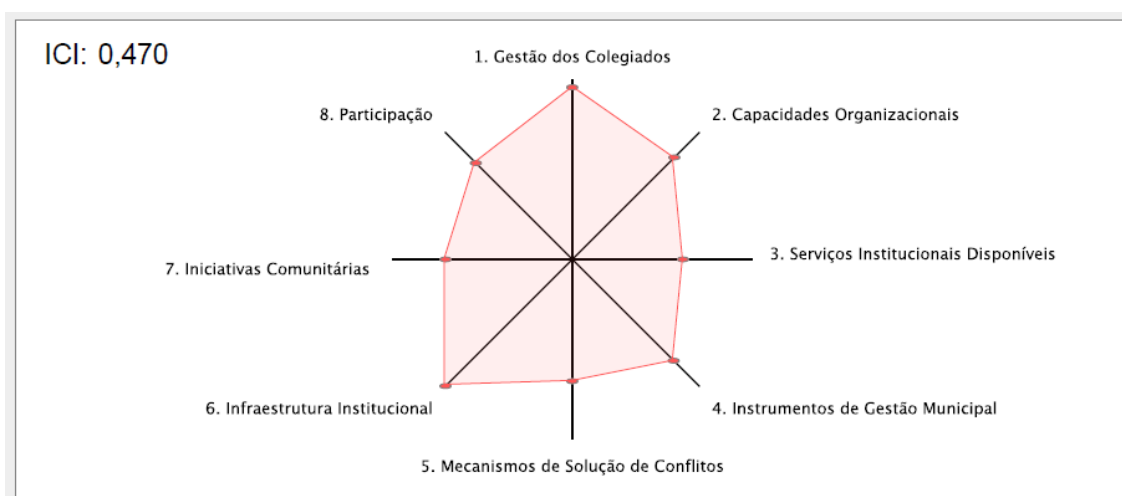


Gráfico 2 – Gráfico representativo da média das Capacidades Institucionais no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

6. GESTÃO DO COLEGIADO

O Colegiado realiza a seleção e a eleição de seus membros através de convite direto a organizações selecionadas e possui um assessor territorial que apóia sua gestão de forma precária devido à falta de constância dos contratos financeiros frente as entidades gestoras dos recursos. A plenária se reúne a cada 2 meses e desde a sua constituição já realizou mais de 20 reuniões. Dentre os seus membros, os representantes das secretarias municipais de agricultura, das associações e dos sindicatos dos trabalhadores rurais possuem maior efetividade e participação das plenárias. De acordo com os dados da pesquisa as informações e decisões são comunicadas à comunidade primeiramente através de internet e e-

mails (lideranças locais), seguida de comunicação pessoal (boca a boca) e também nas reuniões comunitárias.

Se por um lado o Colegiado representa as necessidades e consonâncias do território, por outro, não é escutado em outras instâncias e tem pouca participação dos gestores públicos fato que, com frequência, prejudica o seu desempenho.

De acordo com o gráfico 3, mais de 85% dos entrevistados afirmam que existe um assessor técnico que apóia permanentemente a gestão do colegiado territorial. No entanto, dois termos foram alvo de questionamentos como o assessor técnico sendo o assessor territorial ou um técnico que assessora o colegiado permanentemente. Outro termo utilizado que gerou dúvida foi “permanentemente” parece ter sido confundido com “frequentemente”, pois em todas as reuniões e atas das plenárias do Colegiado Territorial consta a falta de pagamento e/ou falta de contratação do assessor territorial, mas este frequentemente apóia a gestão do colegiado.

Q3_P9: Existe um assessor técnico que apoie permanentemente a gestão do Colegiado?

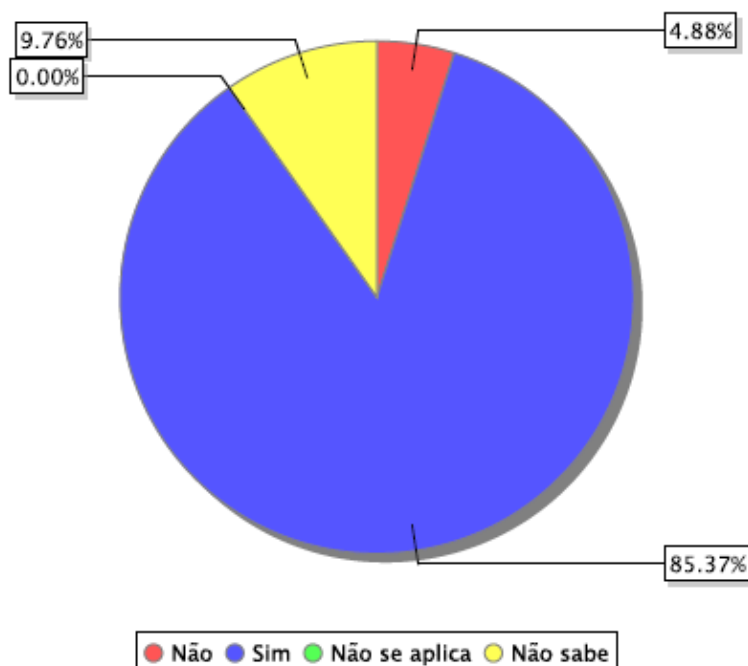


Gráfico 3 – Gráfico representativo da presença do assessor técnico que apoia permanentemente a Gestão do Colegiado no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

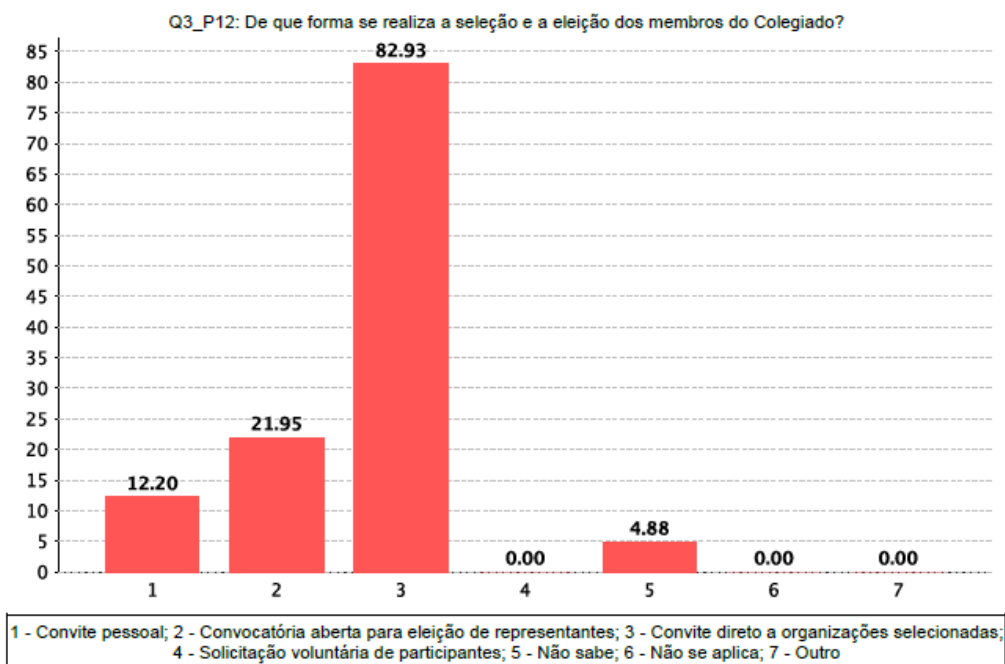


Gráfico 4 – Gráfico representativo sobre a seleção e eleição dos membros do Colegiado do Território da Cidadania Serra Geral, 2011



Gráfico 5 – Gráfico representativo da frequência das reuniões da plenária no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

Q3_P24: Caso o território tenha o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentavel - PTDRS, qual foi o papel desempenhado pelo Colegiado Territorial na elaboração do mesmo?

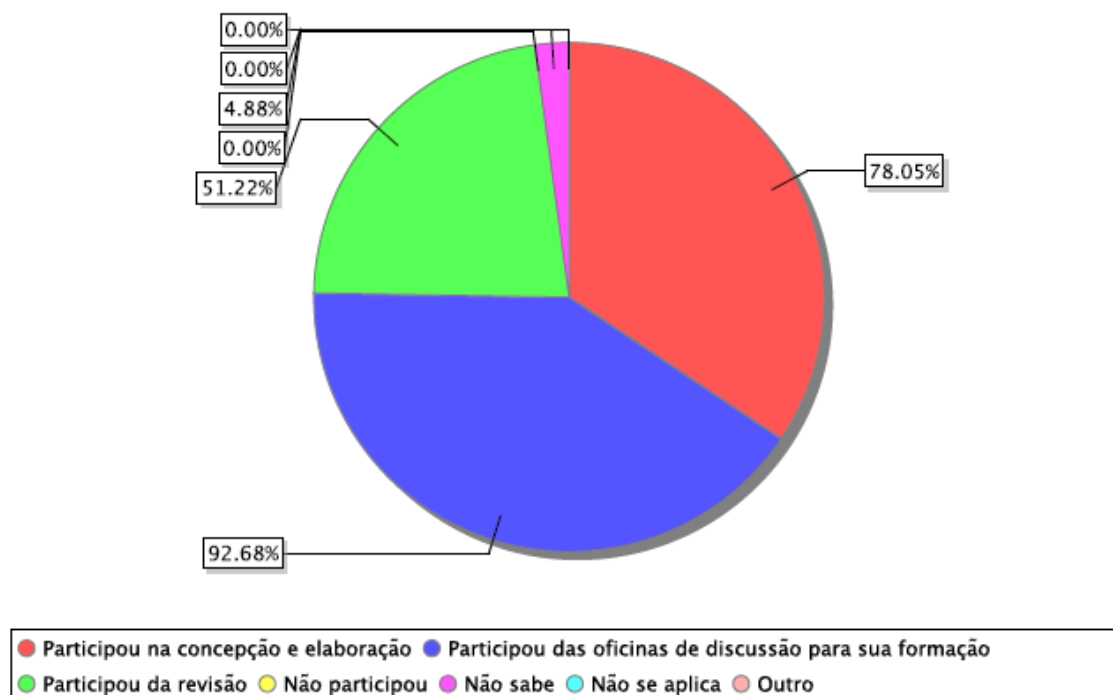


Gráfico 6 – Gráfico representativo do papel desempenhado pelo Colegiado no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

A correlação das forças políticas na gestão do colegiado está diretamente relacionada as questões partidárias que coordenam o colegiado em estudo. Desta forma a condução e o desempenho do colegiado como instância representativa não representa a maioria democrática (que nem sempre é participativa) e sim a maioria partidária participativa.

7. AVALIAÇÃO DE PROJETOS

A avaliação de projetos de investimento financiados com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial concentra-se nos empreendimentos econômicos e sócio-culturais previstos como metas dos projetos que já foram concluídos. A fase de planejamento engloba a definição da área de intervenção, diagnóstico e formulação de propostas. As fases de execução e avaliação preocupam-se em identificar a abrangência dos resultados, atividades promovidas, processo de implementação, gerenciamento do empreendimento e comparação entre os resultados previstos e alcançados por eles.

No Território da Cidadania Serra Geral os projetos de empreendimentos econômicos foram, em sua maioria, de apoio à cadeia produtiva do leite em que quase todos os municípios do território foram beneficiados com tanques de resfriamento de leite, máquinas agrícolas, plantadeiras, colheitadeiras e fábrica de ração. Já os projetos sócio-culturais foram: construção de centros comunitários, galpões e estruturação do CMDR'S.

Todos os projetos destinados ao território foram executados dentro do prazo previsto e em sua maioria atendem aos agricultores familiares.

Em relação as fases de planejamento dos projetos considerou-se a participação dos beneficiários na fase de planejamento; a capacidade de planejamento do projeto; as atividades sócio-econômicas atendidas pelo projeto; o papel das organizações locais no planejamento do projeto e as organizações locais apoiadas pelo projeto. Com relação aos indicadores indícios de impactos dos projetos, considerou-se: públicos atendidos pelos projetos; impactos positivos na qualidade de vida dos beneficiários; tamanho do mercado coberto pelo projeto e impactos positivos nas condições sócio-político-econômicas territoriais. Tanto nesta avaliação quanto na anterior os índices foram ruins de 0,359 e 0,355 respectivamente conforme mostra o Quadro 3 e os Gráfico 7, 8 e 9 a seguir. Demonstrando insatisfações frente a maioria das características avaliadas para o planejamento e para os indícios de impactos dos projetos até o presente momento.

Quadro 3 - Quadro de Indicadores da Avaliação de Projetos no Território da

Quadro de Indicadores	
1. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,355
2. Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,568
3. Indícios de Impacto	0,359
4. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,413

Legenda:
0,80 - 1,00 = Ótimo
0,60 - 0,80 = Bom
0,40 - 0,60 = Regular
0,20 - 0,40 = Ruim
0,00 - 0,20 = Crítico

Período de aplicação do questionário: 05/05/2011 a 18/09/2011
Questionários Aplicados: 68
Número de Projetos: 28

Cidadania Serra Geral, 2011

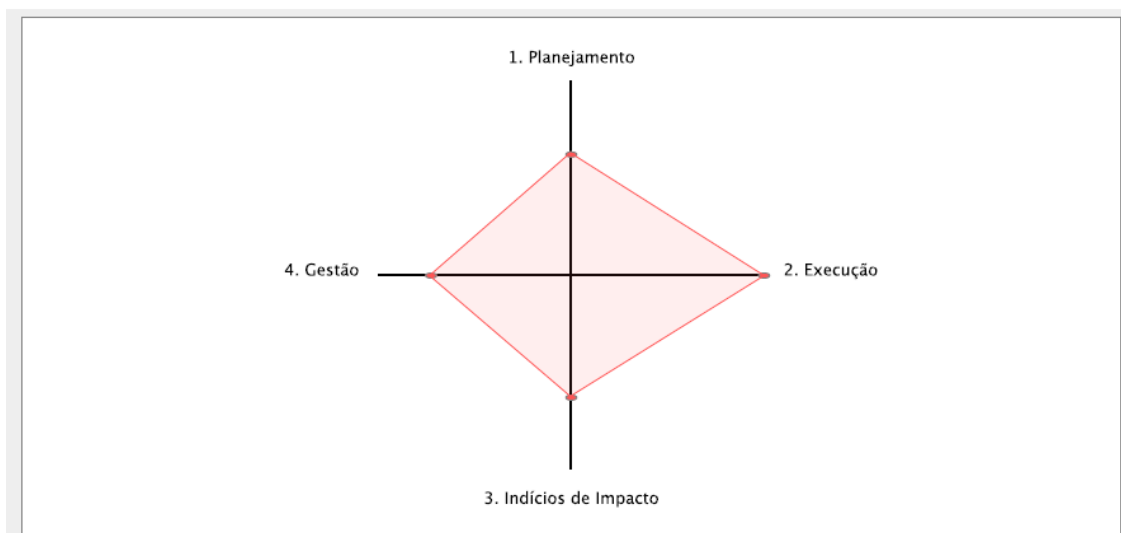


Gráfico 7 – Gráfico representativo da Avaliação de Projetos no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

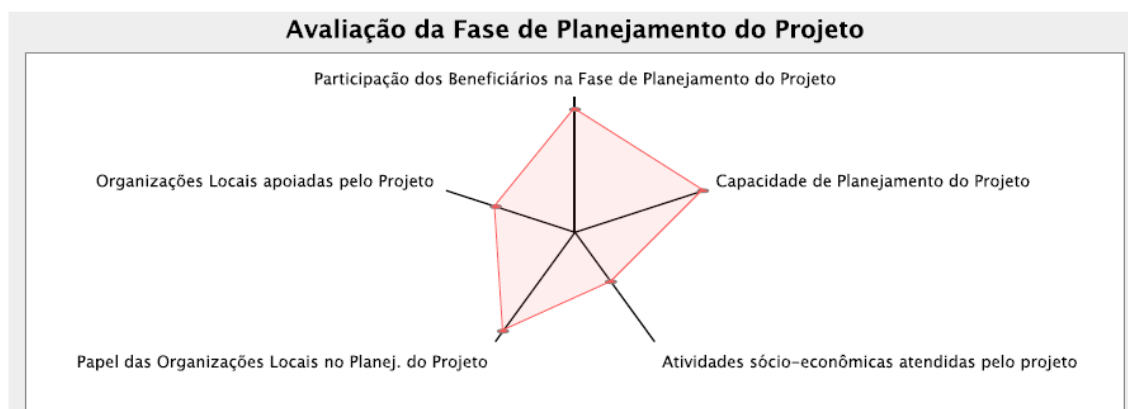


Gráfico 8 – Gráfico representativo da Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

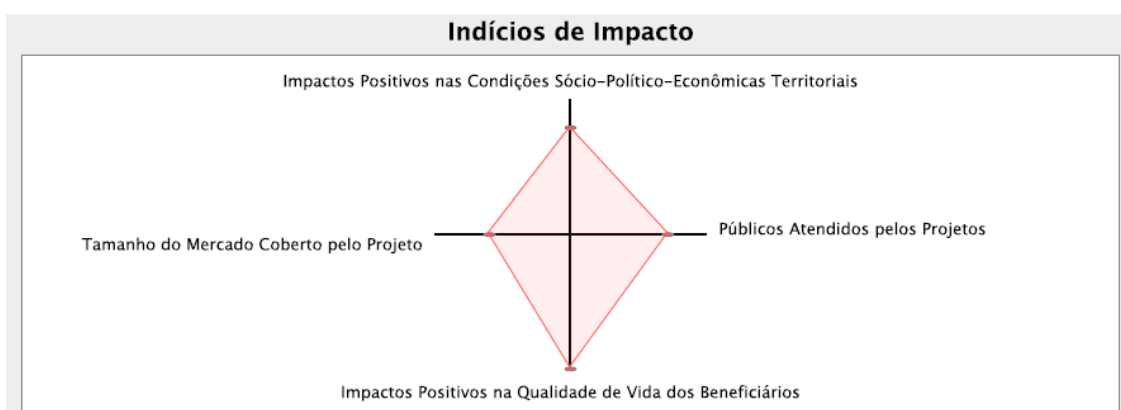


Gráfico 9 – Gráfico representativo dos Índícios de Impacto no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

Em relação as fases de execução dos projetos considerou-se a participação dos beneficiários na fase de execução dos projetos, a capacidade de execução dos projetos e a inexistência de capacidade ociosa dos projetos. E para os indicadores gerais de gestão dos projetos considerou-se o índice de participação dos beneficiários na gestão dos projetos; o índice de capacidade de gestão dos projetos; o índice de variação do perfil dos apoiados pelos projetos e os impactos positivos para o desenvolvimento territorial. Para estes dois aspectos os índices demonstram características consideradas regulares, sendo 0,568 e 0,413 respectivamente. Estes índices também demonstram insatisfações dos beneficiários conforme Quadro 3 e Graáficos 10 e 11.

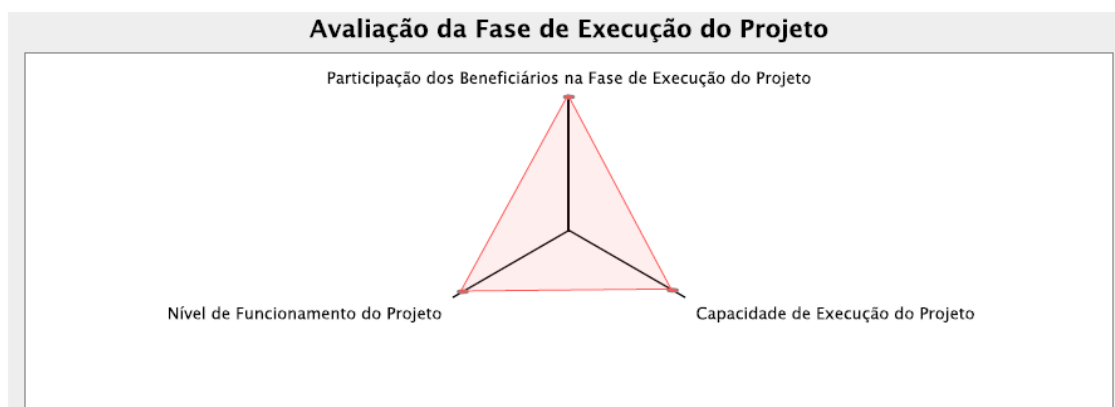


Gráfico 10 – Gráfico representativo da média da Avaliação da Fase de Execução do Projeto no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

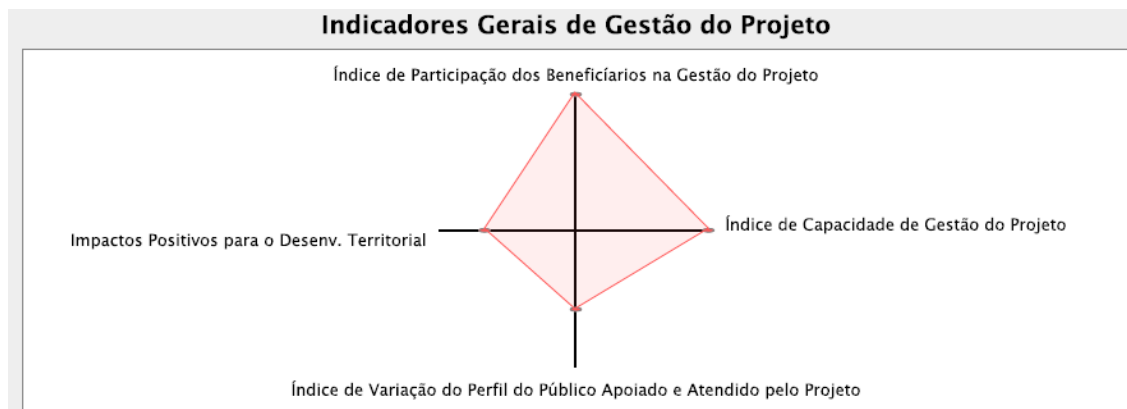


Gráfico 11 – Gráfico representativo da média dos Indicadores Gerais de Gestão do Projeto no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

As fases de execução preocuparam-se em identificar as ações para garantir uma boa gestão do projeto. Houve participação dos beneficiários na fase de execução da maioria dos projetos e a capacidade de execução dos mesmos aconteceu dentro dos prazos previstos pelos executores e beneficiários, no entanto foi considerada regular. O nível de funcionamento do projeto também foi considerado regular.

8. ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA (ICV)

O Índice de Condições de Vida (ICV) é um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias nos territórios pesquisados. Este índice é um instrumento de análise e acompanhamento das condições de vida das famílias nos territórios rurais, permitindo as análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários.

A base deste índice foi calculada mediante as respostas dos indivíduos levando em conta suas famílias. O que se buscou foi a percepção desses indivíduos ou famílias sobre as condições de vida deles no Território da Cidadania Serra Geral e as respostas foram anotadas em escalas de valor pré-estabelecidas. Não se

perguntou o valor da renda familiar, mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada.

Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico foi indagado se, para ele, a produtividade da área está boa. As respostas são claramente subjetivas, mas expressam as percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõem o ICV. O que importa é o ponto de vista dos entrevistados, a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados.

Para o Território da Cidadania Serra Geral – MG foram sorteados 10 setores censitários, com uma amostra de 25 domicílios por setor, perfazendo um total de 250 amostras necessárias para a pesquisa.

O ICV é composto por três dimensões, chamadas de “instâncias”: 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento. A cada instância associam-se oito indicadores, conforme quadro e gráfico 4.

O Índice de Condições de Vida (ICV) para o Território da Cidadania Serra Geral é de 0,57, sendo considerado índice médio. Esse índice representa as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias rurais que fazem parte do território conforme Quadro 4 e Gráfico 12.

Quadro de Indicadores		
Índice de Condições de Vida (ICV)	0,568	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0,549	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0,536	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,626	Médio Alto

Fonte: SGE/CAI Território SERRA GERAL - MG

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Quadro 4 – Quadro de Indicadores do Índice de Condições de Vida no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

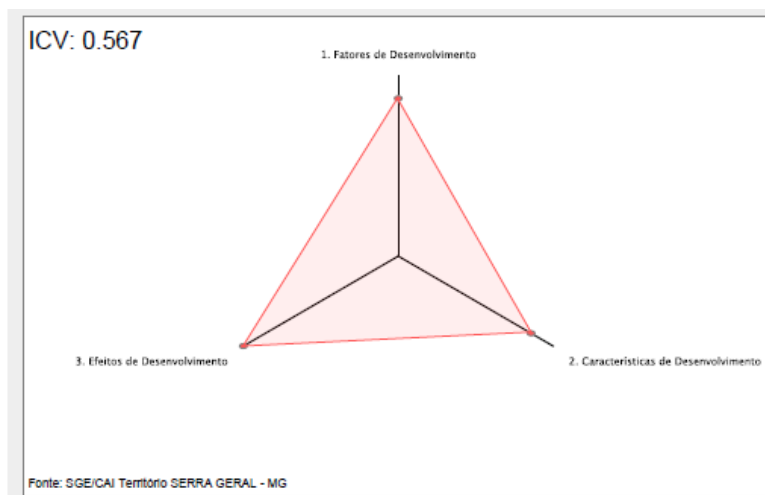


Gráfico 12 – Gráfico representativo da média do Índice de Condições de Vida no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

A instância de número 1, que diz respeito aos fatores de desenvolvimento apresentou um índice médio de 0,55 – sendo este considerado índice médio. A escolaridade da população e a presença de instituições obtiveram índice médio alto, sendo estes fatores que favorecem o desenvolvimento rural, conforme apresentado no Quadro 5 e Gráfico 13.

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,548	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,576	389	0,000	1,000	0,210
1.2. Mão de obra familiar	0,577	389	0,000	1,000	0,215
2. Área utilizada para produção	0,602	389	0,000	1,000	0,230
3. Escolaridade	0,611	389	0,000	1,000	0,256
4. Condições de moradia	0,590	389	0,000	1,000	0,229
5. Acesso aos mercados	0,504	389	0,000	1,000	0,249
6. Programas do Governo	0,455	381	0,000	1,000	0,259
7.1. Acesso a crédito	0,409	389	0,000	1,000	0,264
7.2. Acesso a assistência técnica	0,458	389	0,000	1,000	0,276
8. Presença de instituições	0,614	389	0,000	1,000	0,266

Quadro 5 – Quadro de Indicadores do Índice de Condições de Vida relacionado aos Fatores de Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

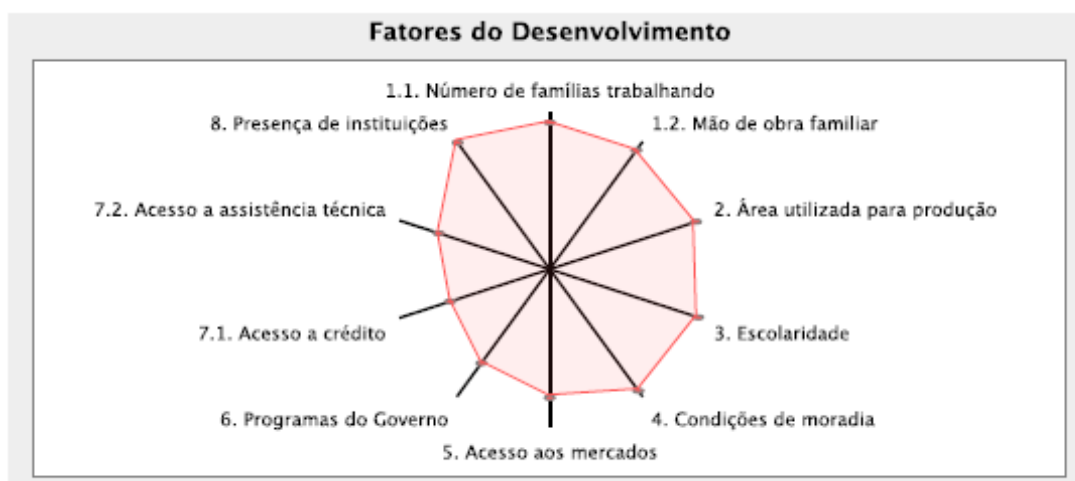


Gráfico 13 – Gráfico representativo do Índice de Condições de Vida relacionado aos Fatores de Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

A instância de número 2 (Quadro 6 e Gráfico 14), que diz respeito as características de desenvolvimento apresentou um índice médio de 0,54. A renda familiar, a produtividade do trabalho, a produtividade da terra, diversificação da produção agrícola, diversificação nas fontes de renda familiar e os elementos de conservação como água e solo obtiveram índice médio. A renda familiar fixa é mantida em grande parte por auxílio de programas do governo. A produtividade do trabalho apesar de obter índice médio há grande queixa por parte dos produtores da dificuldade em se obter mão-de-obra temporária. A fertilidade dos solos encontra-se baixa e em muitas áreas há compactação, porém, segundo os agricultores, nas áreas cultivadas ainda restam boa produtividade. A preservação da vegetação nativa obteve índice médio alto, sendo que a conscientização dos agricultores sobre áreas de preservação fator de melhoria para este índice.

3- DIMENSÃO 2: características do desenvolvimento	0,536	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
9. Renda familiar	0,501	389	0,000	1,000	0,205
10. Produtividade do trabalho	0,504	389	0,000	1,000	0,217
11. Produtividade da terra	0,535	389	0,000	1,000	0,238
12. Diversificação da produção agrícola	0,546	389	0,000	1,000	0,277
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	0,407	389	0,000	1,000	0,249
14. Conservação das fontes de água	0,585	389	0,000	1,000	0,264
15. Conservação da área de produção: solo	0,589	389	0,000	1,000	0,230
16. Preservação da vegetação nativa	0,618	389	0,000	1,000	0,245

Quadro 6 – Quadro de Indicadores do Índice de Condições de Vida relacionado às Características de Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

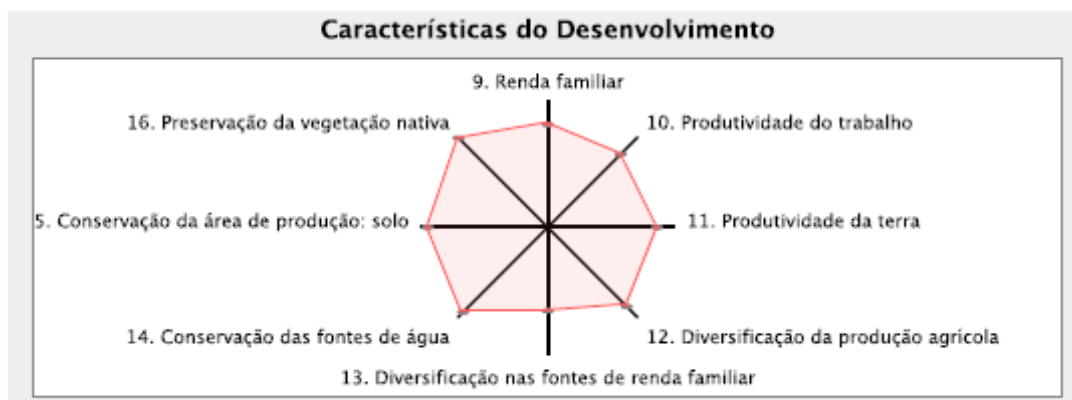


Gráfico 14 – Gráfico representativo do Índice de Condições de Vida relacionado às Características de Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

E a instância de número 3 (Quadro 7 e Gráfico 15), que diz respeito aos efeitos do desenvolvimento, este apresentou 0,625 – índice médio alto. As condições de capacitação e funcionamento como, por exemplo: estar bem alimentado/ nutrido, ter boa saúde e a percepção sobre as mudanças na situação econômica da família obtiveram índice médio alto. Já a percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade, a permanência dos membros da família da unidade de produção e a participação em atividades culturais apresentaram índice médio.

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,625	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,664	402	0,000	1,000	0,178
18. Condições de saúde	0,619	402	0,000	1,000	0,207
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,553	402	0,000	1,000	0,356
20. Situação econômica	0,647	402	0,000	1,000	0,181
21. Situação ambiental	0,578	402	0,000	1,000	0,190
22. Participação em organizações comunitárias	0,715	402	0,000	1,000	0,205
23. Participação política	0,674	402	0,000	1,000	0,222
24. Participação em atividades culturais	0,553	402	0,000	1,000	0,252

Quadro 7 – Quadro de Indicadores do Índice de Condições de Vida relacionado aos Efeitos do Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011



Gráfico 14 – Gráfico representativo do Índice de Condições de Vida relacionado aos Efeitos do Desenvolvimento no Território da Cidadania Serra Geral, 2011

9. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES

Ainda não será possível uma análise problematizadora destes indicadores, pois as atividades de avaliação e análise estão sendo planejadas e agendadas junto a cada um dos CMDR's.

De maneira simples pode-se dizer que a análise integradora dos indicadores apresentados baseia-se em um território essencialmente de características de base familiar que percebe a importância dos fatores relacionados à perpetuação deste grupo. A presença de infraestrutura institucional, sem efetividade dos serviços prestados, dificulta a gestão territorial sem o apoio necessário principalmente quanto à informação. A gestão do colegiado territorial é precária apesar das respostas positivas frente a coleta de dados, em relação a gestão por um assessor técnico e domínio do poder público. Existe uma necessidade de maior participação dos beneficiários principalmente nas fases de planejamento dos projetos, pois a partir de um bom planejamento é que se espera bons indícios de impactos positivos. As fases de execução e gestão de projetos também devem ser melhoradas junto ao território. No entanto, a participação do poder público nesta fase de execução, tem afastado estas possibilidades. Em muitos casos, diferentes projetos territoriais foram demandados por um grupo e outros grupos de apoio partidário foram beneficiados. Para o índice de condição de vida, considera-se alguma melhoria a partir das ações territoriais.

10. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO

1) Constituir um comitê de gestão (assessor territorial, equipe de elaboração e gestão de projetos) junto ao território com remuneração contínua para a equipe por um período de 36 meses. Este comitê de gestão seria responsável em coletar as demandas territoriais, apoiar as ações do território de maneira a oferecer auxílio a gestão do colegiado e aos projetos;

2) Dentre as diversas pesquisas desenvolvidas pelas Universidades, principalmente as pesquisas relacionadas as questões ambientais e produtivas, estas informações deveriam ser disponibilizadas aos agricultores familiares por meio de projetos de extensão, com capacitações, unidades de acompanhamento produtivo e organização produtiva. Este projeto deve contemplar um trabalho diferenciado junto ao território de forma que as políticas municipais possam se adequar as demandas existentes em cada território.

11. VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Quanto a aplicabilidade dos instrumentos e procedimentos desta pesquisa/extensão, verifica-se que a presença da Universidade neste trabalho aproxima os representantes do colegiado junto a instituição, quanto ao interesse em saber o que está sendo feito pela Célula de Acompanhamento e Informação e como estes podem auxiliar neste processo.

De forma pontual, verifica-se que no questionário Q3_P9 a pergunta “Existe um assessor técnico que apóie permanentemente a gestão do Colegiado?” apresenta 85,37% de resposta positiva, no entanto, o uso do termo “permanentemente” para a presença do assessor técnico não é continuada devido à falta de repasse de recursos financeiros para a contratação deste serviço.

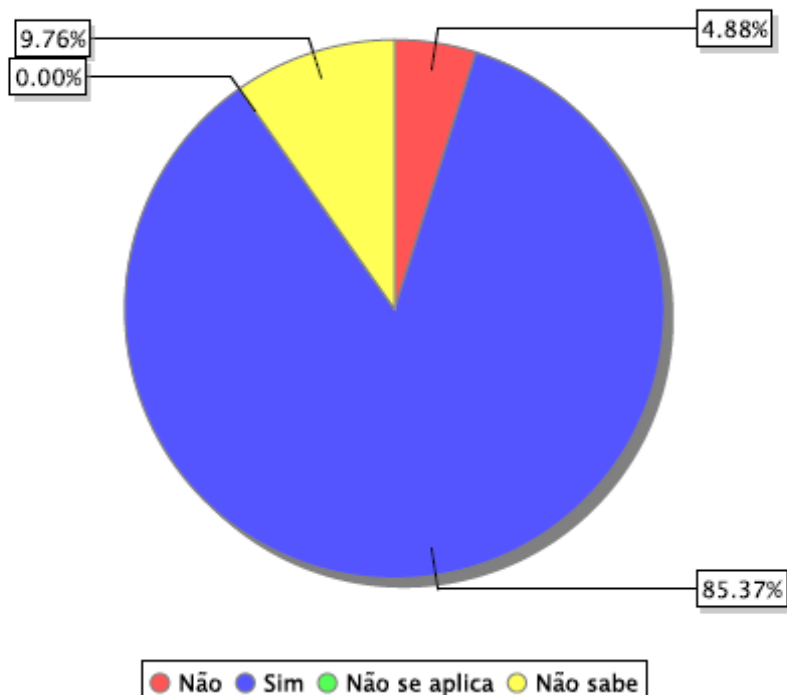
Como sugestão, outras perguntas podem ser feitas:

“1ª – Existe assessor técnico ou territorial que apóie a gestão do Colegiado?”

“ 2ª – A presença deste assessor técnico ou territorial é suficiente?”

“3ª – A atividade do assessor técnico ou territorial é contínua no apoio à gestão do Colegiado?”.

Q3_P9: Existe um assessor técnico que apoie permanentemente a gestão do Colegiado?



Baseando-se nos resultados apontados pelos indicadores, identifica-se elevada rotatividade dos membros do colegiado territorial (face as mudanças partidárias municipais), fato que não permite a continuidade das ações e a compreensão do desenvolvimento territorial. Frente a isso, a desarticulação territorial é notável a cada período de mudanças.

Percebe-se também que a necessidade de autonomia deste território, com a redução da dependência do poder público frente aos projetos tem sido discussão freqüente nas plenárias.

Não houve avaliação dos projetos de custeio para o território e esta informação parece ter relevância para este colegiado.

12. BIBLIOGRAFIA

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. “Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais”. Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.

BUARQUE, Sérgio C. “Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável”. IICA, Recife, 1995.

SACHS, Ignacy. “Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir, o caso do Brasil”. Revista de Economia Política, vol. 10, no 1, janeiro/março de 1990, São Paulo, Brasiliense, 1990.

SGE – Sistema de Gestão Estratégica, Manual do Entrevistador, SDT/MDA, Brasília, 2010 http://sge.mda.gov.br/cai/cai_al/doc/manual_entrevistador_ICV%203.pdf

SGE – Sistema de Gestão Estratégica, CAI- Ambiente da Célula de Acompanhamento e Informação, SDT/MDA, Brasília, 2011 http://sge.mda.gov.br/cai/cai_al/

SOUSA, Ester Maria Aguiar de. Desenvolvimento Sustentável, um marco conceitual para o ÁRIDAS (mimeo.). Recife, 1994.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2007 <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>